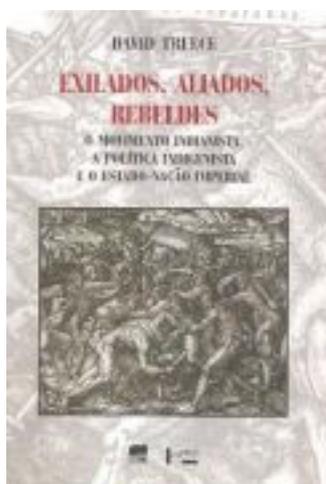


resenha

TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes – O movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial.** São Paulo, Nankin/Edusp, 2008.

História e ficção – Convergências entre política indigenista e movimento indianista

Regina Maria Abu-Jamra Machado*



Inventando uma tradição? Este título da primeira parte da introdução, seguida imediatamente por dados censitários brutais, vem lembrar que a população indígena, de 5 milhões no século XV, caiu para 100.000 na virada do século XX, e fornece o primeiro elemento definidor de um processo destrutivo de proporções genocidas a contrastar permanentemente com o perfil do índio na mitologia integracionista nacional.

Segue-se a análise de conceitos chave na evolução da política indigenista desde o império até a “democracia racial” e o “lusotropicalismo”, as ideologias neocolonialistas da “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas e seu contemporâneo integralismo, geralmente banhando numa noção geral de “conciliação”, segundo a qual a assimilação do índio pressupõe

convergência de interesses. Ora, lembra Treece, o relatório de Darcy Ribeiro encomendado pela UNESCO, *Os índios e a civilização*, “virou de ponta-cabeça as suas expectativas e as de seus patrocinadores”, expondo como a mitologia da integração mascarava a desintegração social e cultural, “o esfacelamento da identidade coletiva das comunidades tribais e a dissolução de indivíduos alienados no anonimato da sociedade dominante.”

Protagonista onipresente em toda a gama de expressões artísticas dos séculos XVIII e XIX, o índio vem a corporificar ironicamente o mesmo nacionalismo que o aniquila. Esta ironia ocupa um lugar central na reflexão produzida pelos escritores indianistas, como demonstra a tese de David Treece, que traz para o centro do debate acadêmico o fato, jamais bastante acentuado, de ter sido o indianismo, além de um movimento artístico, uma arena de debate sociopolítico. Visto como o “movimento de nacionalismo cultural mais coerente antes do Modernismo”, obra de escritores notáveis, patrocinados pelo Imperador D Pedro II, “o indianismo foi uma viga mestra do projeto imperial de construção do Estado, o mais importante objeto de reflexão artística e

política a exercitar a mente de sua elite intelectual por mais de meio século.”

As sucessivas investigações dos fenômenos característicos do movimento indianista continuam pelo século XX afora, com as abordagens estruturalistas dos anos 1970 seguidas por análises cada vez mais abrangentes, tanto por parte de pesquisadores brasileiros quanto americanos ou europeus.

Quanto ao objetivo declarado do estudo, é tratar o fenômeno indianista “como um movimento cultural e intelectual em diálogo consigo mesmo e com as correntes políticas e ideológicas mais amplas de seu tempo, e rehistoricizá-lo, reconhecer nele as múltiplas e frequentemente contraditórias vozes de um discurso coletivo como também de autores individuais a intervirem conscientemente no processo social.”

A segunda e última parte da Introdução, “Imagens do Império”, apresenta o indianismo como uma sequência de imagens que “serviram para conceitualizar as formas reais e possíveis do Estado-nação brasileiro.” Isso leva à confrontação obrigatória com o não reconhecimento de que a condição do índio “era uma questão política em todo o período, envolvendo historiadores, estadistas e escritores, em debate prolongado e, com frequência, apaixonado”, política e movimento literário mostrados em permanente interação.

O capítulo I examina sobretudo os textos produzidos pelos jesuítas sobre o índio durante os dois primeiros séculos de colonização, enquanto fonte principal da literatura indianista subsequente: “Os mitos e estereótipos dos épicos indianistas do século dezoito e da literatura romântica indianista, embora revestidos da ideologia

iluminista e liberal, foram, em grande medida, herdados dessa tradição jesuítica primeva.”

O capítulo 2 acrescenta uma interrogação capital já no título: “Extermínio ou integração? Independência, conflito civil e política indigenista depois de Pombal”, para chegar até a consolidação da independência durante a primeira metade do século XIX, examinando a onda liberal da Regência, com todas as suas contradições, bem como a primeira geração de escritores indianistas que, como já mencionado, tendo-se apoiado sobretudo nos relatos quincentistas e seiscentistas, deixa para escritores como Bernardo Guimarães a tarefa de retratar as consequências trágicas da destribalização tal como se verifica então. A notável oposição à política de extermínio determinada por D. João VI em 1798, levantada por José Bonifácio logo após a Independência, bem como sua ação como deputado, é detalhadamente exposta e analisada, arrematada por conclusões inusitadas: primeiro, uma associação entre “a condição do indígena e a do escravo negro e suas respectivas relações com o Estado e a sociedade.” Estabelece-se uma filiação direta de José Bonifácio a “seus sucessores mais proeminentes, como Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar”, levando ao questionamento do “problema” da escravidão, que viria assim a constituir “uma questão de ordem implícita do indianismo oitocentista” Os dois ciclos de agitações e revoltas populares que respondem à total ausência de reformas das estruturas coloniais, são introduzidos pela pergunta de um deputado em 1831: “Como há de marchar o regime novo com as mesmas molas do regime velho?” E a constatação: “O caráter dos primeiros vinte anos de literatura romântica

indianista, de 1835 em diante, encontra-se inequivocamente moldado por esse clima de conflito, instabilidade e desintegração federal.”

Uma contribuição que nos parece importante assinalar é a abrangência da pesquisa, que traz textos raramente abordados nas histórias literárias, com algumas contribuições inéditas de pesquisadores brasileiros. Mesmo a análise de escritores relativamente conhecidos, como Teixeira e Sousa, nessa perspectiva interdisciplinar, traz novas e instigantes abordagens, como “a possibilidade de formular uma série de comentários que ficariam entre as mais acerbas denúncias da marginalização social e racial sob o Império, que a literatura desse período produziu.” Vida e obra de Gonçalves Dias, em seguida, são também revisitadas à luz das contribuições mais significativas da bibliografia sobre o autor, em torno da qual gira a parte mais importante das reflexões desenvolvidas nesse capítulo.

A política da conciliação é discutida no capítulo 3, paralelamente à política indigenista, bem como a ausência da questão fundamental da escravidão na literatura desse período, enquanto o índio é idealizado sob os traços do “guerreiro tribal como o escravo voluntário da representante feminina da ordem colonial”, encarnado no índio Peri. Essa década, iniciada com a publicação dos “Últimos cantos” por Gonçalves Dias, seguida pelo “O Guarani” de José de Alencar, é vista também sob o ângulo da aprovação da Lei de Terras e da lei Eusébio de Queiroz e suas consequências sobre a política indigenista. No ano de 1851, um marco nem sempre lembrado é a publicação insólita pela liberal revista Guanabara do “Memorial orgânico” de Varnhagen, e a polêmica então aberta pela defesa que faz este de um

implacável uso da força e da retomada das “bandeiras” coloniais com seus propósitos de escravização dos índios e liberação das terras para colonização por brasileiros e imigrantes.

No capítulo 4 tratar-se-á do período de 1870 a 1888, com a intervenção de abolicionistas como Joaquim Nabuco, cuja polêmica com José de Alencar é examinada de modo a mostrar as contradições presentes em ambas as posições em confronto. Os escritores analisados nesta última fase do império representam correntes que já se afastam do idealismo romântico, trazendo à cena literária o caboclo e uma nova rebeldia contra uma ordem social ainda uma vez em crise. Particularmente interessante é o exame da evolução das posições de José de Alencar, desiludido das “conciliações” da década de 1850, como da nobreza cavalheiresca dos donatários, que cedem a vez ao “autoritarismo cru dos barões latifundiários do nordeste” no “O sertanejo”, ou de outros barões ou fazendeiros nos outros romances da última fase do escritor.

Na conclusão, é globalmente examinado “O legado indianista”, bem como o desejo expresso de se acabar com o indianismo romântico culminando com a rejeição desse movimento pelos Modernistas de 1922, paralelamente à evolução das políticas indianistas durante o século XX. No último parágrafo são abordadas as constatações que se impõem ao final deste século, com as terríveis consequências dos sucessivos projetos de integração ainda e sempre assolando as populações indígenas do país. O texto se fecha por uma recapitulação da radical alteridade das culturas indígenas, com seu canibalismo visto e revisto pelo romântico Gonçalves Dias, o único que, “em seu poema “I-Juca-Pirama”,

compreendeu algo de seu poder como expressão de uma visão alternativa e utópica de integração social e auto-realização.”

DAVID TREECE é Professor do Departamento de Estudos portugueses e brasileiros no King's College de Londres. Autor de documentários sobre a Amazonia (anos 80); na Inglaterra. Em 1996, criou o *Centre for the Study of Brazilian Culture and Society*, que se tornou o maior produtor de trabalhos acadêmicos em Estudos culturais brasileiros, literatura e história. Sua atividade acadêmica continua dinamizando o interesse por assuntos ligados ao Brasil.

* **Regina Maria Abu-Jamra Machado** é Doutora pela universidade Paris 3/La Sorbonne Nouvelle - 2007 - literatura brasileira - título: *Ficção e café no vale do Paraíba - Três romances da fazenda escravagista*. Tradutora e pesquisadora em literatura e história - romantismo, 2º reinado, José de Alencar, fazendas de café, vale do Paraíba.